Diretrizes de restauração sensíveis ao género

Um olhar de perto para a questão do género na Metodologia de Avaliação de Oportunidades de Restauração

Programa Global para as Florestas e Alterações Climáticas

Diretrizes de restauração sensíveis ao género

Um olhar de perto para a questão do género na Metodologia de Avaliação de Oportunidades de Restauração

A designação de entidades geográficas neste livro bem como a apresentação do material não significam de modo algum a expressão de uma opinião da parte da UICN ou de organizações participantes relativamente ao estatuto legal de qualquer país, território ou região, ou das respetivas autoridades ou relativamente à delimitação das suas fronteiras ou limites.

As opiniões expressas nesta publicação não refletem necessariamente aquelas da UICN ou de outras organizações participantes.

Este relatório foi produzido pelo Escritório Mundial do Género da UICN e pelo Programa Global para as Florestas e Alterações Climáticas também da UICN, com o apoio da UK Aid do governo britânico através do programa KNOWFOR.

A UICN e as outras organizações participantes não assumem a responsabilidade por erros ou omissões que possam ter ocorrido na tradução para o português deste documento, cuja versão original é na língua inglesa. Em caso de discrepâncias, é favor consultar a versão original. Título da versão original: *Gender-responsive restoration guidelines: a closer look at gender in the Restoration Opportunites Assessment Methodology*. (2017). Publicado por: UICN, Gland, Suíça.

Publicado por: UICN Gland, Suíça

Copyright: © 2018 União Internacional para a Conservação da Natureza e dos Recursos Naturais

É autorizada a reprodução desta publicação para fins educativos ou outros não comerciais, sem a autorização prévia por escrito do detentor dos direitos de autor, mediante a referência integral da fonte. É proibida a reprodução desta publicação para revenda ou outros fins comerciais sem a autorização prévia por escrito do detentor dos direitos de autor.

Citação: UICN (2018). *Diretrizes de restauração sensíveis ao género: Um olhar de perto para a questão do género na Metodologia de Avaliação de Oportunidades de Restauração*. Gland, Suíça: UICN.

Foto da capa: iStock

Disponível em: UICN (União Internacional para a Conservação da Natureza)

Programa Global para as Florestas e Alterações Climáticas
Rue Mauverney 28
1196 Gland, Suíça
forests@iucn.org
iucn.org/forest

Escritório Global de Género
1630 Connecticut Ave NW #300
Washington, DC 20009, EUA
gender@iucn.org
genderandenvironment.org

Índice

Introdução 1
Porque é importante a igualdade e a capacitação das mulheres com base no género para a MAOR? 1
Como pode ser a MAOR sensível ao género? 2

Fase 1. Preparação e planeamento 4
Definir o problema, o âmbito e os resultados 4
Envolver os parceiros principais 4
Identificar os critérios de avaliação e os indicadores 4
Situação e análise da questão do género 6
Identificar as necessidades de dados e de capacidade 7
Planear o envolvimento das partes interessadas 7
Organizar o workshop de lançamento 9

Fase 2. Recolha e análise de dados 10
Estabelecimento de prioridades das partes interessadas nas intervenções de restauração 10
Dados para informar um olhar crítico sobre as opções de restauração 10
Calcular os custos e benefícios da restauração 11

Fase 3. Dos resultados às recomendações 12

Apêndice I. *Procedimentos de ouro relativos à questão de género* 14

Apêndice II. Sensível à questão de género no Maláui 15
Preparação e planeamento 15
Recolha e análise de dados 16
Dos resultados às recomendações 18
Condições favoráveis 20

Apêndice III. Exemplo do Plano de ação para a questão de género para o Maláui 21

Apêndice IV. Exemplo do *Roteiro da questão de género e REDD+ para o Uganda* 23

Caixas e figuras

Caixa 1: Lista de verificação – Como realizar uma avaliação de MAOR sensível ao género 8

Figura 1. Análise da densidade populacional desagregada por sexo para identificar áreas com uma proporção mais elevada de mulheres, Maláui 18

Figura 2. Análise com múltiplos critérios utilizada para destacar áreas prioritárias para intervenções de segurança alimentar, Maláui 19

Introdução

A Metodologia de Avaliação de Oportunidades de Restauração (MAOR)[1] foi elaborada pela União Internacional para a Conservação da Natureza (UICN) e pelo Instituto de Recursos Mundiais (WRI) com vista a apoiar os países no planeamento e implementação da restauração da paisagem florestal (FLR), com a análise de áreas prioritárias nos âmbitos nacional e subnacional e a concepção e implementação de intervenções de FLR. A FLR é o processo a longo prazo de recuperação da funcionalidade ecológica das paisagens desflorestadas ou de florestas degradadas e a consequente melhoria do bem estar humano. Também permite aos países cumprir os vários compromissos nacionais e internacionais em termos da gestão e do desenvolvimento sustentáveis dos recursos naturais.

O manual da MAOR publicado em 2014 foi elaborado numa versão de teste, com uma abordagem inovadora de envolvimento de uma variedade de disciplinas e partes interessadas, a fim de analisar, negociar e estabelecer prioridades no que toca às oportunidades de FLR. Um dos destaques desse manual é um processo de aprendizagem adaptativa no sentido de aperfeiçoar as versões futuras da metodologia.

No âmbito do esforço da UICN para atualizar a metodologia, estas diretrizes foram elaboradas de modo a garantir que a MAOR e a subsequente implementação da FLR, incluindo a adoção de políticas e o planeamento da utilização do solo, sejam sensíveis ao género. Isto significa identificar, compreender, negociar e implementar a FLR de forma a colmatar as lacunas de género, a ultrapassar os preconceitos de género históricos constantes das políticas e intervenções relacionadas com a FLR e a garantir que os resultados das intervenções da FLR beneficiam igualmente as mulheres. As intervenções da FLR sensíveis ao género são também mais sustentáveis a longo prazo, devido ao papel central que as mulheres desempenham como silvicultoras, agricultoras e responsáveis pela alimentação das famílias.

Porque é importante a igualdade e capacitação das mulheres com base no género para a MAOR?

A abordagem FLR visa ir bem mais além do princípio de não causar danos (*do no harm*) ao trabalhar ativamente para a melhoria da qualidade de vida e bem-estar humanos. A desigualdade de género permanece uma das formas mais penetrantes de discriminação. Onde quer que existam lacunas de género e violações dos direitos humanos, as ações de FLR devem identificar essas lacunas e preconceitos para evitar exacerbar ou reforçar as desigualdades de género. Ao mesmo tempo, a MAOR e a FLR podem promover ações que ativamente melhorem a situação de comunidades inteiras através de uma abordagem igualitária e participativa, incluindo especialmente os mais excluídos e marginalizados (pelo sexo, idade, etnia, religião, casta, etc.).

Existem muitos exemplos de pesquisas e dados que mostram que as mulheres desempenham um papel fundamental na utilização e gestão dos recursos naturais, especialmente nos sistemas de paisagem agrícola e florestal e ao longo de cadeias de valor. Por exemplo:

- As mulheres são responsáveis pela preparação das refeições domésticas em 85% a 90% dos casos inquiridos num grande número de países[2].
- As mulheres constituem uma média de 43% da mão de obra agrícola nos países em desenvolvimento. Se as mulheres tiverem o mesmo acesso aos recursos produtivos que os homens, poderiam aumentar a produção das respetivas explorações de 20% a 30%, aumentando a produtividade agrícola total nos países em desenvolvimento de 2,5% a 4% e reduzindo, por sua vez, o número de pessoas famintas no mundo de 12% a 17%[3].
- Cerca de 70% das mulheres rurais na Ásia Meridional e mais de 60% das mulheres

1 UICN e WRI. (2014). *A guide to the Restoration Opportunities Assessment Methodology (ROAM): Assessing forest landscape restoration opportunities at the national or sub-national level*. Estudo preliminar (edição de teste) Gland, Suíça: UICN.

2 OMS e UNICEF. (2014). *Progress on sanitation and drinking water - 2014 update*. Genebra, Suíça

3 FAO. (2014). *The State of Food and Agriculture 2014*. Roma, Itália.

africanas são agricultoras. Segundo algumas previsões, a produtividade das culturas pluviais em determinados países africanos sofrerá uma quebra de 50% até 2020 devido às alterações climáticas. Os lares em que as mulheres detêm direitos sobre a terra registam colheitas maiores e uma segurança alimentar acrescida[4].

- As mulheres em comunidades florestais podem retirar mais de metade do seu rendimento das florestas, em comparação a um terço retirado pelos homens[5].
- Em 143 economias, 90% têm pelo menos uma lei a restringir a igualdade económica para as mulheres[6].
- As mulheres têm os mesmos direitos legais que os homens quanto ao acesso e à propriedade de terras em apenas 28 países no mundo inteiro[7].

Como pode ser a MAOR sensível ao género?

A FLR requer uma abordagem participativa e multissetorial com relevo para o envolvimento de um leque de partes interessadas tão amplo quanto possível, incluindo grupos frequentemente marginalizados pelo sexo, idade, etnia, religião, casta, etc. Todavia, uma FLR eficaz e sensível ao género não se compõe apenas pela inclusão das mulheres no processo, mas requer um vasto conjunto de ações que garantam que mulheres e homens têm uma participação total nas intervenções de FLR, beneficiando destas de igual modo. Ações específicas para concretizar esta ambição:

1. Realizar uma **análise de género** que permita compreender os papéis, as responsabilidades, os usos, os direitos e as práticas que afetam a forma como as mulheres e os homens de vários grupos socioeconómicos da área alvo utilizam e gerem os recursos naturais relacionados com as florestas para sustentar o seu modo de vida e as suas famílias; recolher dados básicos detalhados (desagregados por sexo) e efetuar um controlo e avaliação regulares.
2. **Envolver as mulheres** nas decisões sobre a restauração, como partes interessadas e na prática, de modo a fazer face, logo desde o início do projeto, às desigualdade sociais e de género subjacentes, e simultaneamente assegurar que estão disponíveis os melhores dados e conhecimentos.
3. **Melhorar os direitos das mulheres** à terra e aos recursos naturais, incluindo no seio das comunidades.
4. Criar **parcerias e alianças** com as redes de restauração regionais e nacionais para aumentar a inclusão das mulheres e dos grupos marginalizados.
5. Criar **indicadores sensíveis ao género** e recolher **dados desagregados por sexo** para determinar em que medida os resultados respondem aos problemas de género identificados, a serem incluídos por área(s) de avaliação e integrados no quadro de controlo para demonstração do impacto.
6. Facilitar o **diálogo entre homens e mulheres** para promover uma maior igualdade no acesso, utilização, controlo e gestão da terra e dos recursos naturais (ou seja, um mecanismo de reclamação).
7. Criar **políticas sensíveis ao género** relativas à gestão das terras e das florestas aos níveis subnacional e nacional.
8. **Trocar conhecimentos** sobre as questões de género fundamentais – problemas, estratégias e resultados – entre os países e projetos de FLR, de modo a identificar as melhores práticas e oportunidades relativas à MAOR e FLR e para iniciativas de alargamento.

A não incorporação de uma abordagem sensível ao género no processo de FLR e MAOR – por exemplo, a não identificação de todas as partes interessadas

4 LANDESA. (2016). *Women Gaining Ground: Securing Land Rights as a Critical Pillar of Climate Change Strategy.*

5 Banco Mundial, FAO e IFAD. (2009). *Gender in agriculture sourcebook*. Washington, D.C.: Banco Internacional de Reconstrução e o Desenvolvimento e o Banco Mundial

6 Banco Mundial. (2015). *Women business and the law 2016: Getting to equal.* Washington, D.C.

7 UNWomen. (2015, Abril). *Facts and figures: Economic empowerment*. Disponível em: http://www.unwomen.org/en/what-we-do/economic-empowerment/facts-and-figures

Mulheres a vender produtos num mercado flutuante no Vietname, iStock

primárias ou a não inclusão de conhecimentos indígenas ou de outra natureza no processo de tomada de decisões – poderá ter como resultado determinados riscos, a saber:

- Sustentabilidade e eficácia reduzidas das medidas de restauração e dos resultados;
- Identificação vaga das principais partes interessadas, gestores e utilizadores de recursos naturais relevantes para a FLR, incluindo as florestas e a agricultura;
- Estabelecimento ou exacerbação de sistemas de desigualdade referentes à distribuição de benefícios devido à identificação incorreta das partes interessadas;
- Manutenção das desigualdades existentes relativas à propriedade da terra e aos direitos de utilização dos recursos;
- Transmissão reduzida de conhecimentos indígenas ou de outra natureza, ao nível local e aos fóruns de decisão de alto nível;
- Impacto reduzido na melhoria das condições de vida e acesso aos recursos e serviços, no seio das famílias e das comunidades;
- Marginalização da participação integral e efetiva das mulheres e da sua voz nos processos de decisão.

Estas diretrizes apresentam, através de cada uma das três fases diferentes da MAOR, ações específicas para identificar questões de género e desenvolver uma abordagem sensível ao género, bem como os resultados das iniciativas de FLR. Uma lista de verificação dos *Procedimentos de ouro relativos à questão de género* derivados destas diretrizes encontra-se no Apêndice I.

Fase 1. Preparação e planeamento

Para a identificação e articulação das dificuldades, da afirmação do problema e dos objetivos de uma avaliação de FLR, é necessário ter em consideração as lacunas e desigualdades de género e, daí, as oportunidades e prioridades para "fazer melhor". O alinhamento dos objetivos de FLR com estas prioridades, mantendo este alinhamento em mente durante todo o processo de avaliação, contribui para garantir que os resultados da avaliação sejam relevantes e atrativos para as entidades decisoras mais importantes do país e assegura que as iniciativas de FLR cumprem os mandatos nacionais, regionais e internacionais em temos de igualdade de género.

Definir o problema, o âmbito e os resultados

É necessário incluir uma perspetiva de género ao definir tanto os problemas maiores a resolver como os objetivos a longo prazo. A definição do problema deverá identificar as necessidades, os interesses e as prioridades das mulheres, das mulheres agricultoras e dos decisores, garantindo que todos os problemas são identificados e permitindo estabelecer as prioridades em conformidade.

É importante considerar se e como as mulheres estão a provocar uma desflorestação ou degradação da paisagem e que oportunidades de FLR poderiam alterar as atividades e beneficiar as mulheres. Isto permitirá um trabalho mais eficaz acerca do que os objetivos devem ser, bem como uma integração mais forte do género através da avaliação e da programação.

Envolver os parceiros principais

A equipa de avaliação deverá procurar ativamente captar representantes e entidades que já estejam envolvidos nas decisões e programas políticos sobre o género, incluindo os ministérios nacionais para os assuntos das mulheres, de género ou sociais e os organismos nacionais para as mulheres (ex. O Conselho Nacional das Mulheres do Ruanda ou o Secretariado para os Assuntos das Mulheres do México).

Além disso, a equipa deverá envolver ativamente outros parceiros de implementação importantes, incluindo os pontos focais de género dos ministérios do ambiente e organizações de mulheres que trabalham em todos os níveis dos setores, conforme seja relevante para o âmbito identificado da FLR e respetivas opções (consultar no Apêndice II o estudo de caso do Maláui e como foram identificados os parceiros e os grupos). Este envolvimento e comunicação com as organizações de mulheres irá não só servir de apoio à análise de género integrada na Fase 1, mas também apoiará de forma mais alargada as ações através dos processos da MAOR e da FLR.

Identificar os critérios de avaliação e os indicadores

Em iniciativas de FLR que obriguem a um planeamento e investimentos a longo prazo, é fundamental considerar os padrões demográficos, como a dimensão da população, a densidade, a composição, o crescimento e a migração. Estes padrões e cenários têm o potencial quer de complementar ou de influenciar negativamente a identificação, o planeamento e a implementação das oportunidades de restauração e devem ser levados em conta durante a análise de um local potencial para restauração.

Também é fundamental incluir critérios de avaliação e indicadores que sejam particularmente relevantes para as mulheres sobre atividades que provocam degradação (ex. consumo de energia e madeira,

uso da terra, pobreza ou a percentagem de famílias chefiadas por mulheres) bem como sobre os possíveis benefícios identificados durante a exploração das oportunidades de FLR.

Além da seleção dos indicadores que sejam sensíveis ao género e específicos para as mulheres, é necessário identificar as restrições ou oportunidades legais, sociais, institucionais, políticas e financeiras relativas ao género. Deverão ser avaliados os custos e benefícios económicos, ambientais e sociais das potencias intervenções de FLR. As oportunidades ou restrições podem ocorrer, por exemplo, em:

- Estudos políticos e estratégias do governo sobre os setores do uso da terra, da conservação, das florestas, da água ou da agricultura;
- Legislação sobre os direitos das mulheres à terra, regimes de propriedade da terra (formal e consuetudinário);
- Prioridades de restauração e fontes de financiamento utilizadas por iniciativas de restauração anteriores;
- Acesso ou impedimento das mulheres aos mercados, ao crédito e mecanismos financeiros.

É necessário considerar estes aspetos, por exemplo, na aplicação da Ferramenta de Diagnóstico de Restauração[8], que avalia se as condições políticas, institucionais, socioeconómicas e ambientais e os fatores de sucesso da FLR estão em vigor nos âmbitos nacional e subnacional.

A equipa de avaliação e os criadores dos programas só terão uma compreensão holística das complexas interligações entre mulheres e homens e do respetivo ambiente se fizerem uma análise de género ao nível nacional e subnacional. Todos os indicadores e critérios de avaliação deverão então basear-se na aplicação desta análise de género.

Situação e análise da questão do género

A necessidade de uma análise de género advém do facto de as comunidades serem mais do que apenas a contabilização das “categorias” principais: homens, caçadores, pescadores, agricultores, adultos ou chefes de família. No âmbito das oportunidades de FLR, deve dar-se atenção às diferentes perspetivas, interesses e necessidades das diversas partes interessadas em todo a extensão da comunidade e dos grupos socioeconómicos, incluindo mulheres e homens agricultores, comerciantes, industriais, educadores, técnicos de saúde, grupos organizados formais e informais, indígenas, jovens e idosos, entre outros.

Um dos objetivos principais de uma análise de género para a FLR é o de obter dados relativos ao acesso diferenciado, ao controlo e ao conhecimento acerca dos recursos existentes numa área de restauração potencial. Também inclui dados desagregados por sexo sobre a divisão do trabalho, os níveis de participação e a distribuição de benefícios que podem esclarecer a dinâmica e as desigualdades do poder existentes. Uma análise de género é uma caraterística essencial de uma avaliação da MAOR extensiva, na medida em que ambas contribuem e influenciam o planeamento, a recolha de dados, a análise e as recomendações[9].

Deverá, no mínimo, considerar as seguintes questões:

- Quais são os diferentes papéis desempenhados pelas mulheres e pelos homens na utilização e na gestão das florestas, na agricultura e na criação de gado?
- Existem diferenças de género no acesso, controlo e conhecimento acerca das florestas, dos produtos florestais não madeireiros (PFNM) e dos bens e serviços agrícolas?
- Quais são os diferentes tipos de propriedade da terra?
  - A que tipos de terras as mulheres têm acesso ou controlo?

8 O Diagnóstico de Restauração é uma ferramenta da ROAM para avaliar a presença de fatores de sucesso essenciais para informar os responsáveis pela tomada de decisões sobre os fatores propícios que já existem para a implementação da FLR. Veja o Manual da ROAM, página 94-98, em iucn.org/ROAM.

9 Um questionário mais completo, conforme debatido no estudo de caso do Maláui, no Apêndice II, encontra-se em *Gender Responsive ROAM/FLR Analysis Framework* da UICN, disponível em http://genderandenvironment.org/resource/gender-responsive-roamflr-analysis-framework/

  - Quem detém o título de propriedade ou escritura dos terrenos? (Só homens? Só mulheres? Ambos?)
  - Existem algumas restrições culturais para as mulheres serem proprietárias de terras ou na forma de as trabalharem? (Ex. às mulheres na Etiópia não é permitido ará-las.)
- Quem decide se um recurso pode ou não ser usado?
- Existem alguns regulamentos, costumes ou direitos territoriais que coloquem restrições à utilização, acesso ou controlo dos recursos baseados nas condições socioeconómicas dos indivíduos nessa região?
- As mulheres e os homens têm prioridades diferentes nas iniciativas de FLR?
- As mulheres contribuem com conhecimentos e competências diferentes para o processo de FLR?
- De que forma poderão as iniciativas de FLR ter um impacto diferente sobre as mulheres e os homens em todos os grupos socioeconómicos?
- Como poderão as iniciativas de FLR beneficiar mulheres e homens?
- Quem estabelece as prioridades dos benefícios potenciais? Quem decide a divisão dos benefícios e a quem são atribuídos?
- Como estão atualmente representados as mulheres e os homens dos diferentes grupos socioeconómicos nos processos relevantes para as iniciativas de FLR?
- Quais são os obstáculos enfrentados por grupos distintos de mulheres a uma participação e envolvimento totais?
- Quais são as políticas e a legislação de género nacionais que deverão ser tidas em conta?
- Que obstáculos enfrentam as mulheres de vários grupos socioeconómicos ao acesso de mecanismos financeiros?

Identificar as necessidades de dados e de capacidade

Enquanto muitos dos dados recolhidos para uma avaliação da MAOR são de natureza espacial – quer em forma de mapas ou facilmente mapeados – outros dados consistirão em relatórios contextuais, estudos e narrativas, especialmente os que se relacionam com políticas, estratégias e programas e podem proporcionar um contexto sólido ao processo e tomada de decisões da MAOR. Além desses, consoante a localização, poderão existir dados espaciais acerca do contexto socioeconómico desagregado por sexo que deverão ser incluídos na elaboração de critérios múltiplos para mapas de degradação e mapas de prioridades (consultar o estudo de caso do Maláui no Apêndice II).

É também importante consultar estudiosos e outros peritos nacionais que possam contribuir com informações acerca do regime de propriedade das terras e dos recursos, das normas culturais, das desigualdades de género e sobre os conflitos sociais em torno da utilização dos recursos dentro da área avaliada, para assegurar que são recolhidos e incluídos dados e conhecimentos adequados e separados por género.

Planear o envolvimento das partes interessadas

Os grupos de partes interessadas podem ser categorizados de duas maneiras. Para os efeitos da MAOR e destas diretrizes, a participação total e efetiva de mulheres representantes de vários grupos socioeconómicos da área-alvo é um aspeto essencial da integração e progresso das necessidades da igualdade de género. As mulheres devem ser consideradas para cada um dos três tipos de partes interessadas identificadas num processo MAOR: partes interessadas primárias, partes interessadas secundárias e grupos de interesse, incluindo organizações da sociedade civil (OSC) e ONG interessadas na proteção ambiental, conservação da biodiversidade, redução da pobreza, direitos das mulheres e questões de igualdade de género em todos os setores, além dos grupos ou indivíduos conforme incluídos acima em “Envolver os principais parceiros”.

A participação de mulheres interessadas pode exigir planeamento e apoio específicos, incluindo a organização do local, transportes, horário das atividades e cuidados das crianças, além de proporcionar um espaço onde as mulheres se sintam confortáveis. Por exemplo, uma convocação das

Caixa 1: Lista de verificação – Como realizar uma avaliação de MAOR sensível ao género

√ Certifique-se que um dos membros da equipa de avaliação tem a devida qualificação para realizar uma análise de género ou recrute um perito profissional em questões de género.

√ Proceda ao estudo da literatura para compreender as relações de género atuais e como as iniciativas de FLR podem afetar os fatores institucionais, sociais, culturais e económicos que por sua vez afetam as mulheres e os homens. Este pode incluir pesquisas online por palavras-chave como "[local/país] + género + [florestas, restauração, agricultura, economia, finanças, igualdade, etc.]". Por exemplo, "Ruanda género agricultura".

√ Compile e analise políticas e legislação relevantes para os esforços/iniciativas da FLR, por exemplo, políticas e estratégias ambientais, fundiárias, florestais, agrícolas e de alterações climáticas; atos de autoridade de gestão ambiental, Ações de Mitigação Nacionalmente Apropriadas (NAMA); Estratégias Nacionais de Biodiversidade e Planos de Ação (NBSAP), etc. Analise como o género é incluído (ou não) nessas fontes.

√ Efetue questionários e entrevistas semiestruturadas, e realize grupos de discussão e reuniões para recolher dados básicos desagregados por sexo sobre os meios de subsistência, o uso das florestas e a gestão florestal, bem como os direitos à terra e de propriedade.

√ Compile e analise os dados desagregados por sexo sobre os usos, conhecimentos, prioridades, benefícios e co-benefícios que mulheres e homens detêm em relação às florestas, práticas agrícolas (incluindo insumos), árvores (por espécie) e recursos e produtos relevantes da cadeia de valor.

√ Identifique as necessidades das partes interessadas, o conhecimento e o uso de sistemas agroflorestais e silvipastoris, florestas e PFNM, bem como interesses, prioridades, papéis e responsabilidades para possíveis iniciativas de restauração da paisagem.

√ Analise os resultados no sentido de uma integração significativa na avaliação geral e no planeamento da iniciativa.

mulheres pode acontecer por meio dos cadernos escolares das crianças; as mulheres mais jovens podem ser melhor contactadas nos espaços recreativos, como salões de dança ou campos desportivos. O planeamento para uma participação significativa e espaços inclusivos requer conhecimento específico do contexto das dinâmicas e considerações locais das questões de género; portanto, é importante recorrer à ajuda e ao conhecimento especializado de organizações ou grupos de mulheres locais para garantir métodos eficazes e adequados.

Organizar o workshop de lançamento

A equipa de avaliação deve organizar um workshop inicial para informar os principais interessados sobre o potencial da FLR e atrair o respetivo interesse e envolvimento no processo da MAOR desde o início. Em várias iniciativas em todo o mundo, foi comprovada a utilidade de realizar uma sessão antes do workshop de avaliação apenas com mulheres, representantes de organizações de mulheres e especialistas em questões de género para criar um conhecimento técnico e a confiança das mulheres nos temas da FLR, identificar desigualdades de género nas oportunidades de restauração e identificar as prioridades das mulheres.

Dependendo do contexto do país, os participantes em sessões de formação podem variar de mulheres com experiência em políticas nacionais e globais até mulheres locais que são agricultoras, empresárias ou líderes comunitárias ao nível subnacional. Este workshop sobre a questão do género iria posteriormente "alimentar" o workshop de lançamento. Foi testado em alguns países[10] com participantes a identificar e a discutir desigualdades de género, lacunas e barreiras, mas também pontos de entrada e ações de género relacionadas para abordar essas questões com indicadores de género específicos de concretização, como se observa no exemplo Plano de Ação de Género do Maláui (Apêndice III).

10 Workshops de lançamento para especialistas em género, mulheres e organizações de mulheres relacionadas com a FLR foram realizados no Brasil, Maláui, Burundi e Guatemala. Contudo, esta metodologia foi empregue nada menos do que em 25 países como apoio à elaboração dos Planos de Ação de Género para as Alterações Climáticas (ccGAP) e dos Planos de Ação e Estratégias para a Biodiversidade Nacional (NBSAP).

Fase 2. Recolha e análise de dados

É provável que esta fase do trabalho varie bastante de uma candidatura de MAOR para outra, em termos de técnicas utilizadas e do processo escolhido para garantir que seja sensível à questão de género e inclusiva da mesma. Na medida em que as relações de género são dinâmicas e se inter-relacionam com outras questões demográficas de âmbito social, identificar e abordar os conhecimentos, utilização, benefícios e acesso à terra e serviços específicos entre diferentes categorias de análise, como idade, género, etnia, geração, etc., irá reforçar os processos de recolha e análise de dados, reduzir as possibilidades de exacerbar desigualdades e iniquidades e resultar em opções mais fortes de FLR, com um impacto mais profundo. Uma das formas de abordar este desafio é apresentada no exemplo *Roteiro da Questão de Género e REDD+ para o Uganda*, no Apêndice IV[11].

Estabelecimento de prioridades das partes interessadas nas intervenções de restauração

A recolha e análise de dados exige um envolvimento pró-ativo das partes interessadas no reexame inicial e regular dos pressupostos subjacentes que foram utilizados durante a fase de preparação e planeamento. Tal é necessário porque é bastante comum encontrar lacunas de informação significativas ou narrativas desatualizadas e imprecisas sobre a degradação das terras, a utilização das terras ou dinâmicas sociais e políticas de restauração vigentes.

O número e composição dos participantes que se pretende irá variar dependendo dos objetivos dos workshops. No entanto, é fundamental contar na representação com experiências e perspetivas técnicas e das partes interessadas diversificadas, o que implica envolver partes interessadas de organizações de mulheres e de promotores da igualdade de género, bem como pontos focais da questão de género dos ministérios relevantes. Ao mesmo tempo, é necessário ponderar o equilíbrio de género para evitar uma representação subótima das mulheres (ou seja, participantes do workshop de lançamento sobre a mulher e a questão de género podem voltar a participar). É importante reconhecer que o exercício de estabelecer prioridades com mulheres pode gerar diferentes resultados dos que são provenientes de um grupo constituído apenas por homens ou com representação mista. Quando a falta de capacitação das mulheres tenha sido identificada como um obstáculo à implementação bem-sucedida da FLR, é necessário estabelecer prioridades para as oportunidades de FLR para as mulheres.

Ao longo da análise de diagnóstico, é importante integrar as questões de género nos fatores-chave de sucesso, já que tal permite uma análise mais profunda. As condições sociais devem especificar se as mulheres, e/ou os homens, locais têm capacidade para tomar decisões e se as mulheres, e/ou os homens, locais irão beneficiar da restauração.

Dados para informar um olhar crítico sobre as opções de restauração

Além da recolha de dados técnicos pormenorizados e de uma análise quantificada para avaliar de forma fiável e realista a potencial extensão e os custos dos benefícios associados às intervenções de FLR propostas, é necessário ponderar e incluir questões e tendências sociodemográficas. A utilização das terras, a propriedade das terras e os catalisadores da degradação, em especial na identificação de dados

11 Roteiros de países adicionais disponíveis em: http://genderandenvironment.org/?s=REDD%2B+roadmap

sobre a questão de género relevantes, taxas de pobreza, existência de famílias chefiadas por mulheres e índices de igualdade de género, podem ser usados para informar o processo.

Estes dados devem ser desagregados por sexo e idade (ao nível da família e da comunidade) para fornecer informações sobre o contexto das questões e tendências que podem ser acompanhadas em termos de impacto ao longo da duração das intervenções. É possível observar exemplos de mapas que demonstram de que forma os dados sociais e específicos da questão de género podem ser utilizados em conjunto com dados biofísicos para identificar questões-chave e áreas para implementação das opções de restauração no Apêndice II, no estudo de caso do Maláui.

Calcular os custos e benefícios da restauração

É necessário calcular e modelar os bens e serviços sociais e ecossistémicos adicionais para as intervenções de restauração e custos e benefícios relacionados. Os requisitos relativos a esta fase dependerão dos parâmetros mais vastos da candidatura à MAOR, mas uma avaliação geralmente implica cálculos sobre aspetos biofísicos. Deve também avaliar as dinâmicas sociais, económicas e culturais, incluindo, entre outros aspetos, os seguintes:

- Calcular o tempo adicional ou reduzido ou o trabalho das mulheres e dos homens nas opções de restauração;
- Calcular a alteração nos rendimentos em espécie para as famílias e para as mulheres e os homens enquanto indivíduos (ou seja, produtos florestais como alimentos, lenha combustível, medicamentos, caça, etc.); e
- Calcular o impacto das atividades de restauração sobre os níveis de rendimento das famílias, desagregados por sexo.

Mulheres indígenas brasileiras, iStock.

Fase 3. Dos resultados às recomendações

Esta fase final deve ser orientada para a inclusão tangível dos resultados da avaliação na implementação das prioridades políticas nacionais. O derradeiro indicador de uma avaliação bem-sucedida será ver que os agentes-chave avançam com os dados recolhidos para a elaboração de políticas, programas ou estratégias de FLR que complementam e contribuem para aplicar as prioridades nacionais numa série de áreas, incluindo o desenvolvimento económico, a redução da pobreza, a igualdade de género, a capacitação das mulheres, a utilização dos recursos naturais, a alimentação, a segurança da água e da energia e a mitigação e adaptação às alterações climáticas.

É necessário prosseguir com o envolvimento de partes interessadas diversificadas durante a fase de validação, operação que deve incluir os representantes específicos que foram envolvidos ao longo de todo o processo. Tal pode também incluir, conforme referido no estudo de caso do Maláui (Apêndice II), um envolvimento continuado de um ponto focal de género ou de um grupo especializado na questão de género com equipas técnicas de FLR para garantir que a questão de género seja integrada na política, programação e medidas de FLR aos níveis nacional e local. Esta é também uma fase importante para maximizar as oportunidades disponíveis para catalisar um apoio adicional à política e programação florestal, de conservação e ambiental sensíveis à questão de género.

Como medida de acompanhamento da análise de género, há que utilizar uma abordagem à questão de género durante o processo de validação a fim de assegurar que os resultados do processo sensíveis ao género se convertam em recomendações e resultados sensíveis à questão de género. As seguintes perguntas constituem exemplos do que pode e deve ser debatido:

- As necessidades e prioridades das mulheres e dos homens (no que respeita às suas vidas e meios de subsistência) são consideradas aquando do estabelecimento de prioridades para as oportunidades de FLR?
- As mulheres ou organizações de mulheres são partes interessadas de relevo nas oportunidades de FLR identificadas?
- As oportunidades de FLR proporcionam benefícios diferenciados às mulheres e aos homens?
- As oportunidades de FLR proporcionam riscos diferenciados e impactos potencialmente negativos às mulheres e aos homens?
- Existem oportunidades específicas para melhorar o estatuto e a condição das mulheres através de iniciativas de FLR?
- As oportunidades de FLR melhoram as oportunidades de direitos sobre as terras e de propriedade das terras para as mulheres?
- As mulheres têm acesso igual a opções de financiamento de FLR?

Na sequência da fase de validação, os relatórios sobre o processo devem incluir em separado os resultados específicos no que respeita à questão de género *e* serem integrados nas outras áreas onde os resultados da análise e de todo o processo são relevantes. Estes relatórios podem depois ser utilizados pelos legisladores e decisores para reforçar os seus conhecimentos e compreensão das questões críticas, tornando assim os resultados das intervenções propostas mais adequados, eficientes e eficazes, ao mesmo tempo que proporcionam uma base de conhecimento das questões de género a levar em conta em futuros projetos e intervenções.

A utilização destas diretrizes permitirá que a MAOR e o processo mais vasto de FLR sejam sensíveis à questão de género. Em lugar de identificar simplesmente problemas relacionados com as questões de género e evitar qualquer dano para as vidas das mulheres, um processo de FLR sensível à questão de género contribuirá para ultrapassar preconceitos de género históricos para que as mulheres e as raparigas possam aceder, envolver-se e beneficiar de todos os aspetos do processo. Sem avaliar as experiências e utilizações tanto de mulheres como de homens numa paisagem, só estarão disponíveis dados parciais necessários para avaliar as opções de FLR. Além disso, uma avaliação sensível à questão de género pode também revelar onde existem novos pontos de entrada para as oportunidades de restauração.

Quinta nepalesa, iStock

Apêndice I. *Procedimentos de ouro relativos à questão de género*

As mulheres estão capacitadas e lideram enquanto partes interessadas relevantes	Identificar potenciais grupos (ONG, responsáveis governamentais)
	Assegurar a participação das mulheres em todos os eventos organizados pelo projeto
	Reforçar as capacidades das mulheres para as capacitar e assegurar uma participação significativa
Captar as histórias de sucesso das mulheres na restauração, analisar o impacto e acompanhar	Documentar e sistematizar histórias de sucesso enquanto parte do processo de acompanhamento e avaliação
	Elaborar indicadores de género para demonstrar o impacto sobre a mulheres e os homens
Os produtos de conhecimento devem assegurar a inclusão das questões de género	Um especialista em questões de género dos grupos de trabalho deve dar o seu contributo
	Distribuição a grupos nacionais de especialistas/promotores da questão de género/ defesa das mulheres
	Um grupo de trabalho da questão de género deve dar o seu contributo
Elaboração de estudos/ investigação/consultoria para integrar as questões de género	Inclusão da análise da questão de género enquanto requisito nos Termos de Referência
	Um especialista em questão de género dos grupos de trabalho deve dar o seu contributo
	Distribuição a especialistas nacionais da questão de género/defesa das mulheres
	Um grupo de trabalho da questão de género deve dar o seu contributo
Todas as políticas ou documentos operacionais relacionados (nacionais, subnacionais) devem ser sensíveis à questão de género	Estabelecimento de um grupo de promoção da questão de género
	Um especialista em questão de género dos grupos de trabalho deve dar o seu contributo
	Distribuição a grupos nacionais de especialistas/promotores da questão de género/ defesa das mulheres (ponto focal da questão de género nos ministérios)
	Um grupo de trabalho da questão de género deve dar o seu contributo
Mensagem sobre a questão de género incluída em eventos/ campanhas de formação e consciencialização	O ponto focal da questão de género nacional e o grupo de trabalho da questão de género elaboram uma mensagem padrão sobre a questão de género
	Ficha sobre a questão de género e a restauração

Apêndice II. Sensível à questão de género no Maláui

Este estudo de caso do Maláui descreve práticas bem-sucedidas no planeamento de atividades de FLR sensíveis à questão de género e específicas do contexto, conforme estabelecido nestas diretrizes. A intenção é informar as partes interessadas envolvidas em processos semelhantes sobre as melhores práticas e lições aprendidas a fim de assegurar que as questões de género locais sejam levadas em conta de forma abrangente e intencional desde o início do projeto até à implementação.

Preparação e planeamento

A Avaliação Nacional da Restauração de Paisagens Florestais para o Maláui foi lançada em fevereiro de 2016 pelo Ministério dos Recursos Naturais, da Energia e das Minas, com o apoio de departamentos governamentais dos Ministérios da Agricultura, da Irrigação e do Desenvolvimento da Água; da Questão de Género, das Crianças, da Deficiência e da Proteção Social; das Terras, da Habitação e do Desenvolvimento Urbano; do Governo Local e do Desenvolvimento Rural; e das Finanças e do Planeamento e Desenvolvimento Económico; bem como de outras partes interessadas relevantes a nível nacional e subnacional. A avaliação nacional foi concebida para identificar necessidades e oportunidades para restaurar a produtividade e a função ecológica de paisagens desflorestadas e degradadas no Maláui.

As principais atividades do processo da Avaliação Nacional da Restauração de Paisagens Florestais, liderado pelo Departamento das Florestas do Ministério dos Recursos Naturais, da Energia e das Minas, foram organizadas entre fevereiro e novembro de 2016, tendo a UICN prestado apoio à integração de uma abordagem sensível à questão de género, através do Programa KNOWFOR. Uma força-tarefa nacional multissetorial foi organizada para orientar e facilitar o processo de avaliação nacional e contou com o apoio de três grupos de trabalho técnico organizados para supervisionar 1) as atividades de balanço e levantamento; 2) a análise política e institucional; e 3) a análise económica e financeira.

O processo de execução da Avaliação Nacional da Restauração de Paisagens Florestais utilizou a MAOR e realizou atividades-piloto descritas nestas diretrizes para integrar a questão de género nas seguintes intervenções:

- Consulta de partes interessadas aos níveis nacional, distrital e da comunidade rural;
- Balanço de intervenções de restauração existentes e bem-sucedidas;
- Avaliação de questões de segurança alimentar;
- Análise espacial e levantamento de situações de degradação e de oportunidades de restauração;
- Análise económica e financeira de custos e benefícios da restauração;
- Diagnóstico de fatores-chave de sucesso e de condições favoráveis à implementação; e
- Identificação de informações de referência e de indicadores de acompanhamento propostos.

A UICN colaborou com um ponto focal do Departamento das Florestas para ajudar a equipa da Avaliação Nacional da Restauração de Paisagens Florestais no Maláui a utilizar os métodos e ferramentas sensíveis à questão de género documentados nestas diretrizes, ao mesmo tempo que reforçava as capacidades dos parceiros e das partes interessadas envolvidas no processo relativo no que respeita à questão de género e à FLR.

Na medida em que cada processo de avaliação ao nível nacional varia em função dos objetivos e situações locais, é essencial que o planeamento inicial leve em conta a diversidade dos objetivos a fim de abordar, de forma abrangente e eficaz, questões económicas, ambientais e sociais específicas do contexto, incluindo a questão de género. No Maláui, a UICN trabalhou com as partes interessadas e grupos de implementação para facilitar o desenvolvimento de um plano para

administrar uma abordagem única e sensível à questão de género que recorreu a um vasto conjunto de atividades e intervenções, incluindo as seguintes:

- Estudo de base preliminar a nível político e institucional sobre a igualdade de género em vários setores no Maláui;
- Balanço de atividades de FLR relevantes durante visitas no terreno através de diálogos com as partes interessadas, incluindo grupos de debate separados de mulheres e de homens sobre preferências, geração de rendimentos, benefícios mútuos, etc.
- Organização de um workshop pré-lançamento para especialistas na questão de género e pontos focais de grupos de trabalho técnico e estabelecimento de um grupo especializado na questão de género;
- Identificar condições favoráveis a nível nacional e local e pontos de entrada para integrar a questão de género nas diferentes atividades implementadas pelos grupos de trabalho técnico;
- Conceber, formar e disseminar junto dos distritos um questionário feito à medida sobre temas relevantes para abordar questões de género na FLR no Maláui;
- Recolha, análise e validação das respostas ao questionário, bem como consultas às partes interessadas a fim de identificar lacunas na questão de género e pontos de entrada;
- Recolha de dados socioeconómicos desagregados por sexo e realização de uma análise geoespacial com caraterísticas biofísicas a fim de obter uma análise com múltiplos critérios; e
- Inclusão de um capítulo específico sobre a análise de género e recomendações no relatório final da Avaliação Nacional da Restauração de Paisagens Florestais, em conjunto com a integração noutros capítulos específicos do setor e na Estratégia Nacional e Plano de Ação.

Recolha e análise de dados

A metodologia para a inclusão da questão de género na Avaliação Nacional da Restauração de Paisagens Florestais do Maláui começou com um estudo de base preliminar sobre o quadro político e institucional da questão de género no Maláui e, ainda, um conjunto de estatísticas mais vastas sobre igualdade de género. Identificar a inclusão, mas também os pontos fortes e fracos, da questão de género nas políticas dos setores ambientais relevantes para a FLR dá uma ideia do nível existente de compreensão e compromisso para com a questão de género.

Além disso, os dados desagregados por sexo ao nível nacional sobre qualquer tópico, desde o acesso ao ensino primário à idade média de casamento, passando por dados sobre a posse de telemóveis e a existência de contas bancárias, oferecem uma visão geral sobre a forma como a igualdade de género está a progredir no terreno num país que vai além das políticas e da retórica que podem fomentar a igualdade de género.

Uma componente-chave de uma MAOR sensível à questão de género (e dos processos de FLR, de uma maneira geral) consiste em equilibrar as condições no que respeita aos conhecimentos sobre a FLR entre as mulheres, as organizações de mulheres e os especialistas na questão de género aos níveis nacional e subnacional. Utilizando os dados recolhidos e o estudo, os facilitadores da UICN conseguiram criar uma metodologia para um workshop sobre a questão de género, organizado antes do workshop geral de lançamento da MAOR, um “workshop pré-lançamento” para envolver estas partes interessadas específicas.

O workshop pré-lançamento do Maláui convidou especialistas na questão de género do Ministério da Questão de Género, das Crianças, da Deficiência e da Proteção Social, pontos focais da questão de género dos ministérios relacionados com o ambiente (incluindo da Agricultura, da Água, das Terras e outros) e representantes do Departamento das Florestas, os quais contribuíram para o estabelecimento de um grupo especializado na questão de género. O workshop pré-lançamento centrou-se no reforço de capacidades deste grupo especializado na questão de género no que respeita à FLR e ao processo da MAOR para fomentar a confiança durante o seu envolvimento, no workshop de lançamento da Avaliação Nacional da Restauração de Paisagens Florestais, com especialistas de setores relevantes para a FLR que presumivelmente terão mais conhecimentos sobre a FLR, mas que poderão não ter conhecimentos sobre as questões de género importantes para o respetivo setor. O workshop pré-lançamento também forneceu especificamente ao grupo especializado na questão de género informações sobre as ligações entre a questão de género e a FLR,

incluindo tópicos como as alterações climáticas, as florestas, as terras, a água, etc., que podem constituir setores novos para aplicarem os seus conhecimentos e reflexões sobre a questão de género.

Com conhecimentos e experiências diversificados sobre a questão de género em vários setores, o grupo especializado do workshop pré-lançamento contribuiu coletivamente para as considerações sobre a questão de género na conceção e elaboração de um Plano de Ação para a Questão de Género no âmbito da Avaliação Nacional da Restauração de Paisagens Florestais. O objetivo do Plano de Ação para a Questão de Género consistia em fornecer orientação aos três grupos de trabalho técnico da Avaliação Nacional da Restauração de Paisagens Florestais e parceiros de implementação a fim de garantir um processo da MAOR sensível às questões de género no Maláui nos mais diversos aspetos.

O grupo especializado na questão de género apresentou este Plano de Ação para a Questão de Género e informações gerais sobre o contexto da questão de género e da FLR à força-tarefa, aos grupos de trabalho técnico e a outras partes interessadas durante o workshop de lançamento da Avaliação Nacional da Restauração de Paisagens Florestais que se seguiu imediatamente ao workshop pré-lançamento. A fim de assegurar a compreensão, consideração e utilização do Plano de Ação para a Questão de Género por parte dos grupos de trabalho técnico, pelo menos dois representantes do grupo especializado na questão de género foram adicionados a cada grupo de trabalho técnico durante o workshop de lançamento da Avaliação Nacional da Restauração de Paisagens Florestais. Foi também adicionado um representante permanente aos membros do processo da Avaliação Nacional da Restauração de Paisagens Florestais. Os grupos de trabalho técnico debateram então as diferentes ações necessárias para reforçar as oportunidades relativas às considerações sobre a questão de género, adicionar quaisquer oportunidades adicionais, se necessário, e reconhecer os fatores favoráveis aos níveis nacional e distrital que poderiam contribuir para integrar a questão de género na Avaliação Nacional da Restauração de Paisagens Florestais.

Uma ação prioritária do Plano de Ação para a Questão de Género para o grupo de trabalho técnico de Balanço e Levantamento consistia em realizar uma análise da questão de género com base no *Quadro de Análise da FLR Sensível à Questão de Género*[12] da UICN. Este quadro foi adaptado pelos facilitadores da questão de género da UICN e pelo grupo especializado na questão de género a fim de elaborar um questionário específico das questões de género relevantes para a FLR, identificadas durante os workshops pré-lançamento e de lançamento. O questionário abrangeu os seguintes tópicos:

- Normas e práticas socioculturais de comunidades locais na área distrital em termos de divisão do trabalho segundo o género, direitos e responsabilidades, acesso a informações e serviços, acesso e controlo de recursos e serviços económicos e financeiros, centradas no género e na etnia;
- Padrões de subsistência baseados no género das comunidades locais, incluindo aspetos como o acesso às terras, água, saneamento, educação, saúde, agricultura e floresta, desagregados por sexo, centrados nas mulheres e nas famílias chefiadas por mulheres; e
- Utilização e controlo dos recursos e serviços e funções das mulheres e dos homens na gestão dos recursos naturais da comunidade e das famílias.

Na sequência da elaboração deste questionário, responsáveis ligados à questão de género dos 28 distritos do Maláui foram convidados para um workshop em que o questionário, bem como a metodologia de recolha de provas sensível à questão de género, foi partilhado para que cada responsável pudesse preencher o questionário relativo ao respetivo distrito apresentando uma avaliação mais local, complementada por dados desagregados por sexo. Infelizmente, os convites para este workshop regional foram enviados com pouca antecedência e os responsáveis da questão de género de alguns distritos

12 Quadro completo disponível em http://genderandenvironment.org/resource/gender-responsive-roamflr-analysis-framework/, a adaptar ao contexto específico e programa para análise; consultar também as questões cuja inclusão é recomendada da secção "Situação e análise da questão de género", atrás referida.

não puderam comparecer, o que resultou numa ausência de dados e informações sobre a questão de género recolhidos nesses distritos.

Ainda assim, 14 distritos enviaram questionários sobre a questão de género com imensas informações sobre tópicos específicos da questão de género no contexto dos setores relevantes para a FLR ao nível subnacional. As informações foram organizadas para cada distrito em subcategorias, incluindo demografia, meios de subsistência, acesso, utilização e controlo de recursos naturais, capacitação das mulheres e respetiva tomada de decisões e ainda atividades de restauração com resultados comparados entre distritos. Os dados recolhidos foram analisados pelo grupo especializado na questão de género, em conjunto com o grupo de trabalho técnico de balanço e levantamento, e em seguida foram transferidos para um workshop de validação para aprovação por parte de todos os grupos e partes interessadas do processo da Avaliação Nacional da Restauração de Paisagens Florestais.

Dos resultados às recomendações

Munidos das informações qualitativas e quantitativas dos questionários, que identificavam lacunas na questão de género e pontos de entrada, e das consultas aos líderes dos três grupos de trabalho técnico, os especialistas de SIG trabalharam com a UICN no sentido de desenvolver dados espaciais que levavam em conta as questões sociais e económicas que afetam os recursos naturais e as paisagens.

Por exemplo, o grupo de trabalho técnico de balanço e levantamento levou em conta a questão de género e as considerações socioeconómicas que são importantes para o Maláui abordar através da inclusão de dados sobre a pobreza, o acesso a mercados, a segurança alimentar e a densidade populacional sobrepostos a estatísticas sobre a população desagregadas por sexo, considerando especificamente áreas em que o rácio de género demonstrava uma proporção mais elevada de mulheres (Figura 1).

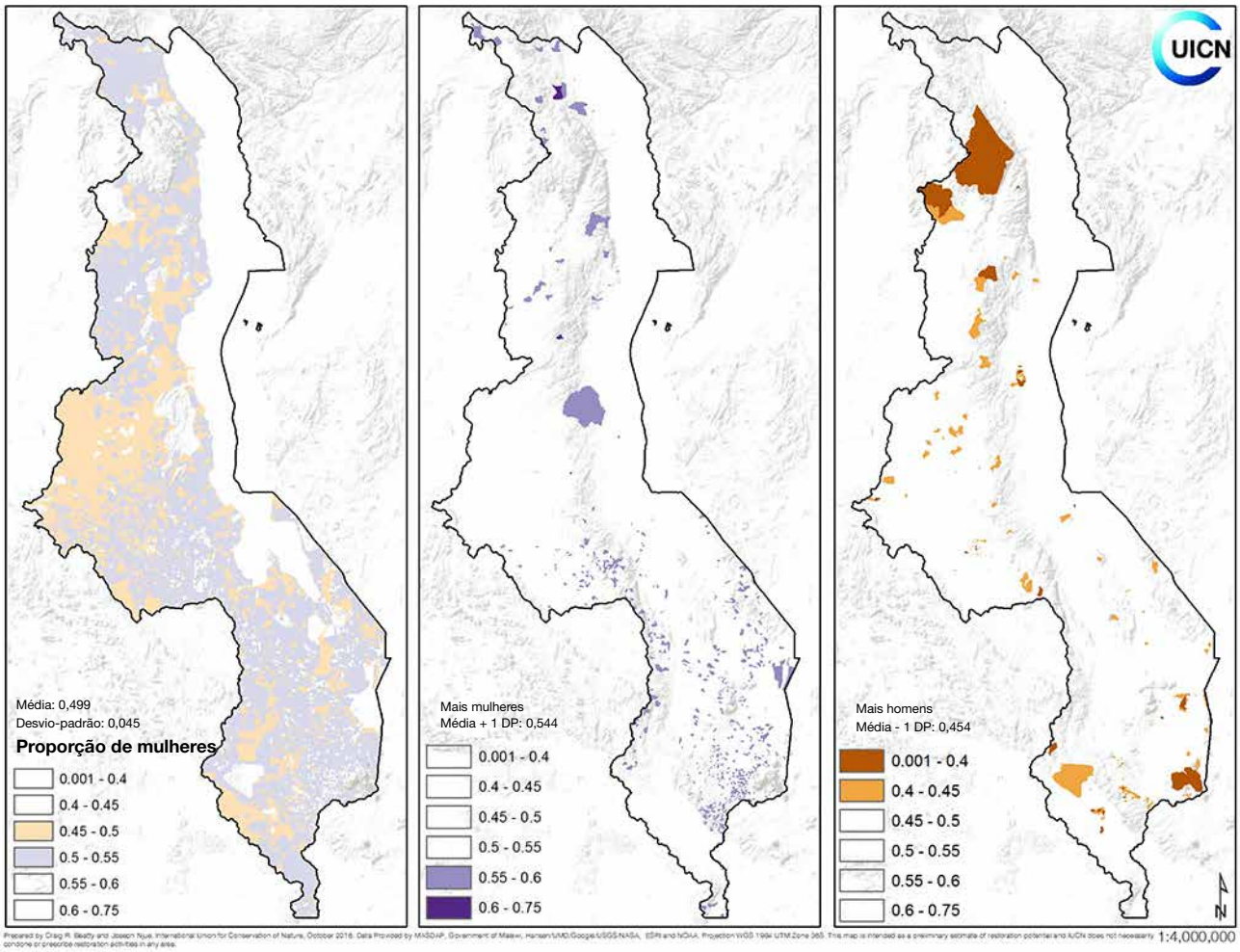

Figura 1. Análise da densidade populacional desagregada por sexo para identificar áreas com uma proporção mais elevada de mulheres, Maláui

O resultante mapa com múltiplos critérios foi posteriormente utilizado para destacar áreas prioritárias para intervenções de segurança alimentar, incluindo áreas em que as mulheres poderiam ser especificamente abordadas para um maior impacto, estabelecendo recomendações para estratégias de restauração de paisagens sensíveis à questão de género baseadas na combinação com análises com múltiplos critérios mais vastas (Figura 2).

Além disso, o grupo especializado na questão de género identificou, com o apoio da UICN, mandatos e compromissos relacionados com a questão de género e o ambiente globais, regionais e nacionais no Maláui e a forma como políticas e instituições nacionais fundamentais que incluem considerações sobre a questão de género serão cruciais para promover a implementação de intervenções de FLR sensíveis à questão de género no Maláui. Este estudo de base e análise adicionais, combinados com os dados recolhidos dos questionários, reforçaram os resultados da análise da questão de género e foram partilhados com os pontos focais nacionais e responsáveis a nível distrital do Ministério da Questão de Género, das Crianças, da Deficiência e da Proteção Social e com representantes do Ministério da Agricultura, da Irrigação e do Desenvolvimento da Água para revisão e validação.

As informações da análise de género apoiam também a avaliação das oportunidades de restauração gerais ao serem integradas na elaboração do Relatório da Avaliação Nacional da Restauração de Paisagens Florestais e na Estratégia Nacional e Plano de Ação. O Relatório final da Avaliação Nacional da Restauração de Paisagens Florestais foi mais além de uma simples revisão por um especialista de género em vários capítulos setoriais e, em vez disso, optou por incluir um capítulo separado e abrangente sobre os resultados da análise da questão de género, associado à FLR e às opções de restauração, para reforçar ainda mais as capacidades e compreensão da questão de género no

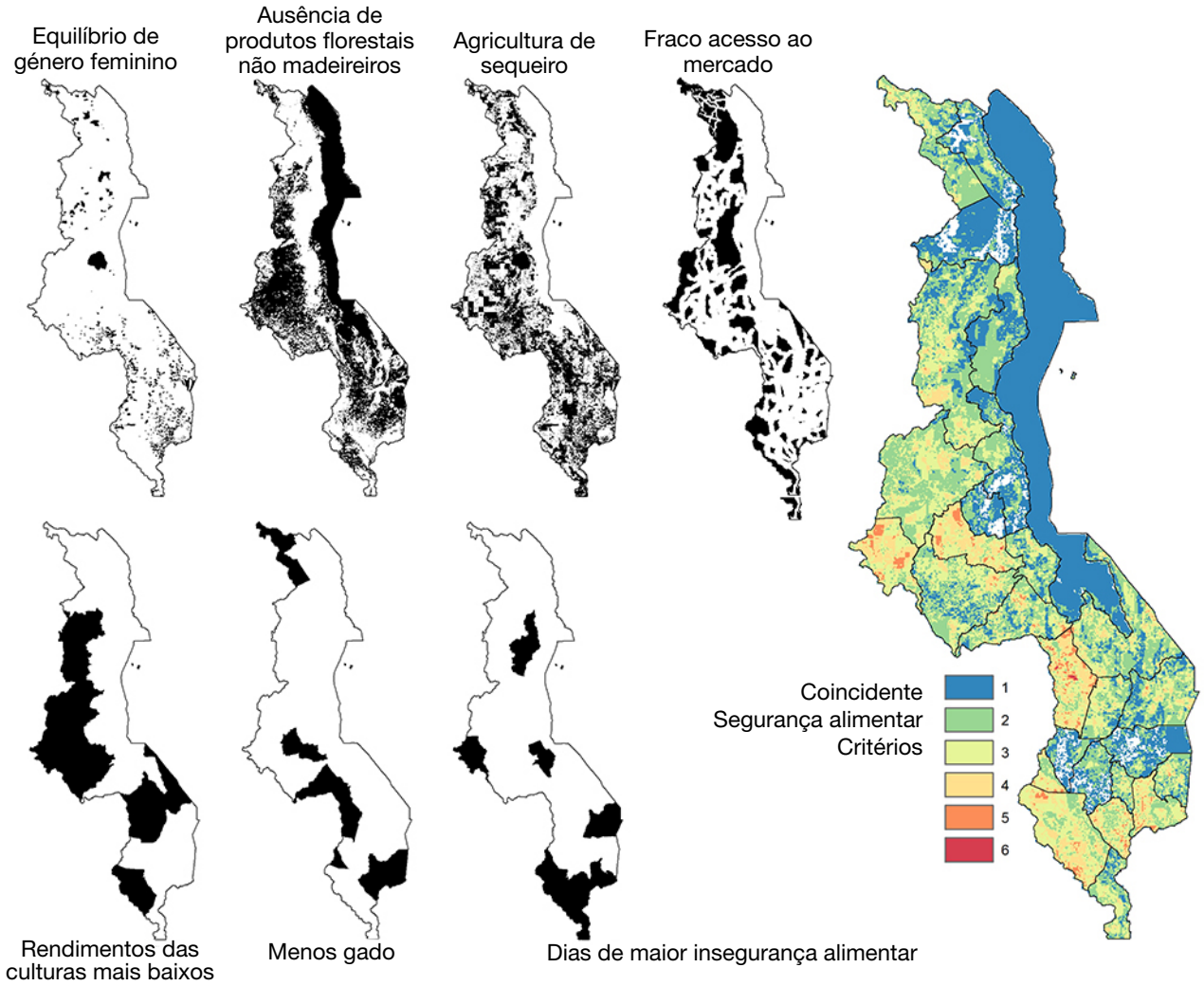

Figura 2. Análise com múltiplos critérios utilizada para destacar áreas prioritárias para intervenções de segurança alimentar, Maláui

Maláui. O Relatório sugere também recomendações para assegurar a utilização de uma abordagem sensível à questão de género em todas as políticas, programações e medidas de FLR a fim de reforçar a igualdade de género no Maláui.

Além disso, a participação continuada dos membros do grupo especializado na questão de género, em especial com os grupos de trabalho técnico, em conformidade com o Plano de Ação para a Questão de Género, irá assegurar a integração de uma abordagem sensível à questão de género nos processos de FLR, com o potencial de catalisar outras políticas, programações e medidas relativas às florestas, conservação e ambiente no Maláui aos níveis nacional e local.

Condições favoráveis

Determinados elementos promoveram uma abordagem sensível à questão de género abrangente ao longo do processo da Avaliação Nacional da Restauração de Paisagens Florestais do Maláui, como complemento destas diretrizes. O financiamento dedicado ao planeamento e atividades sensíveis à questão de género, bem como uma equipa de facilitação (incluindo representantes do Departamento das Florestas do Maláui e da UICN) empenhada em apresentar resultados num processo inclusivo da questão de género, garantiu o envolvimento da UICN desde o início e ao longo das fases da MAOR. O apoio técnico fornecido pela UICN, combinado com a participação de especialistas na questão de género do Ministério da Questão de Género, das Crianças, da Deficiência e da Proteção Social ao nível nacional e respetivos responsáveis da questão de género nos distritos, colocou em destaque diversas questões que permitem realizar uma análise mais profunda dos elos entre a questão de género e a FLR específicos do contexto do Maláui.

Este aspeto mostrou-se particularmente evidente no envolvimento dos 28 distritos para a identificação das áreas e intervenções de restauração que devem ter prioridade para um maior impacto. Além disso, a integração dos grupos de trabalho técnico nas questões de género envolvidas na FLR, bem como a participação dos especialistas na questão de género em cada um dos grupos de trabalho técnico, ofereceu a oportunidade de uma maior colaboração na área da questão de género, em lugar de um trabalho efetuado por um setor isolado, para informar a fase de avaliação e a implementação de iniciativas específicas.

Para manter a dinâmica de um processo de avaliação sensível à questão de género no Maláui, estes elementos devem ser continuados e refletidos no planeamento, nas políticas e nas intervenções para a implementação de iniciativas de FLR. A facilitação continuada do grupo especializado na questão de género e o seu envolvimento com os grupos de trabalho técnico são fundamentais para um planeamento e implementação sensíveis à questão de género.

Desta forma, é também assegurada a revisão da Estratégia Nacional e do Plano de Ação pelo grupo especializado na questão de género a fim de garantir que as questões de género e as informações da análise foram suficientemente ponderadas, incluindo ações, orçamento e indicadores específicos da questão de género, com resultados que reforçam a igualdade de género. O ponto focal da questão de género do Ministério da Questão de Género, das Crianças, da Deficiência e da Proteção Social (ou outro mecanismo da questão de género) deve ser encarado como uma parte interessada crucial na orientação do processo e pode ser visto como um coordenador do grupo especializado na questão de género e do seu envolvimento. O Ministério da Questão de Género, das Crianças, da Deficiência e da Proteção Social deve também manter a comunicação com os responsáveis distritais, até porque as iniciativas de restauração são planeadas e ajustadas para distritos específicos, para assegurar a superação de desafios ligados à questão de género, bem como oportunidades e benefícios iguais.

Todas estas componentes podem também ser complementadas por um apoio continuado do Gabinete Global da Questão de Género da UICN (gender@iucn.org).

Apêndice III. Exemplo do Plano de ação para a questão de género para o Maláui

BALANÇO E LEVANTAMENTO	
ÁREA DE INTERVENÇÃO	**PONDERAÇÃO DA QUESTÃO DE GÉNERO EM AÇÕES RELACIONADAS**
Balanço	Identificar histórias de sucesso das mulheres nas paisagens: sistema agroflorestal, viveiros, gestão florestal, etc., retiradas da literatura, entrevistas, documentação do projeto
	Garantir que os critérios para selecionar experiências de FLR bem-sucedidas são sensíveis à questão de género
	Identificar objetivos sensíveis à questão de género para a restauração, levando em conta as políticas nacionais para a juventude e a questão de género, as florestas, os ODS
Recolha de dados	Recolher e analisar dados desagregados por sexo e idade, bem como dados sobre a utilização, o acesso e o controlo
	Realizar uma análise da questão de género utilizando o *Quadro de Análise Sensível à Questão de Género* (genderandenvironment.org/resource/gender-responsive-roamflr-analysis-framework/) como guia
Critérios de avaliação	Levar em consideração a utilização de recursos por parte das mulheres e as suas necessidades depois de decididos os critérios. Por exemplo: • Resistência (mapas de espécies de árvores e árvores de fruto não madeireiras, árvores multifuncionais que as mulheres utilizam) • Biodiversidade e adaptação (com referência ao aumento da resistência das mulheres e dos homens) • Matéria orgânica do solo (para assegurar a produção e a segurança alimentar) • Diversificação de produtos (para segurança alimentar, lenha e geração de rendimentos) • Seca (segurança alimentar, lenha e água)
	Levar em consideração a utilização de produtos florestais não madeireiros e de árvores de fruto por parte das mulheres na seleção da intervenção de restauração
Consulta e validação	Organizar workshops de validação e de lançamento sensíveis à questão de género
	Organizar um workshop de validação separado para as mulheres e os jovens
Acompanhamento	Desenvolver indicadores de género para acompanhar o impacto da FLR no bem-estar dos homens, das mulheres e dos jovens

ECONOMIA, FINANÇAS E SEGURANÇA ALIMENTAR	
ÁREA DE INTERVENÇÃO	**PONDERAÇÃO DA QUESTÃO DE GÉNERO EM AÇÕES RELACIONADAS**
Recolha/análise de dados sociais, económicos e ambientais	Identificar impactos e benefícios para os homens, as mulheres e os jovens durante a análise dos dados
	Assegurar que, enquanto se analisa o custo das intervenções de FLR (p .ex., trabalho), o trabalho das mulheres não pago ou pago de forma desigual é levado em conta
	O grupo de trabalho temático que assegura a análise e a recolha de dados é sensível à questão de género; o grupo especializado na questão de género deve confirmar que este critério foi cumprido. Existem lacunas?
Segurança alimentar	Medir o acesso e o controlo de recursos por parte das mulheres, dos homens e dos jovens
Demografia	Recolher dados desagregados por sexo relativos às famílias e às comunidades. Consultar o Instituto Nacional de Estatística; se não houver dados disponíveis ao nível nacional, utilizar os grupos de trabalho de mulheres/trabalhadores de extensão do ministério para, pelo menos, metade dos distritos
Reforço de capacidades	Ministrar formação aos trabalhadores de extensão sobre a questão de género e a FLR (para recolher dados dos grupos de trabalho de mulheres, mas também para ministrar formação a agricultores, especialmente às comunidades analfabetas)
Validações	Assegurar a participação e a liderança dos grupos de mulheres a fim de representarem os interesses dos seus pares e validar os resultados sensíveis à questão de género (ex., envolver pessoal especializado com formação em ciências sociais para validar os resultados relevantes para a questão de género e a juventude)
Resultados finais	Revisão e validação, por parte dos especialistas na questão de género, para garantir que as sugestões validadas pelas partes interessadas foram integradas e que abordam a questão de género e a juventude
POLÍTICA E INSTITUIÇÃO	
ÁREA DE INTERVENÇÃO	**PONDERAÇÃO DA QUESTÃO DE GÉNERO EM AÇÕES RELACIONADAS**
Programas, estratégias e investimentos em curso	Retirar lições da integração da questão de género nos programas, estratégias e investimentos
	Incorporar histórias de sucesso sobre a integração da questão de género em programas de FLR, estratégias e investimentos que virão a ser implementados
	Retirar lições da integração da juventude nos programas, estratégias e investimentos
	Incorporar histórias de sucesso sobre a integração da juventude em programas de FLR, estratégias e investimentos que virão a ser implementados
Condições favoráveis e obstáculos	Avaliar as condições favoráveis e e os obstáculos relacionados com a questão de género e a participação da juventude (levar em conta as regras de ouro da questão de género e os fatores favoráveis desenvolvidos pelos especialistas na questão de género do Maláui)
Análise política	Exercer pressão para a integração da questão de género nas várias políticas
Relatório técnico completo de avaliação da MAOR	Rever o relatório técnico para assegurar que as informações sobre a questão de género são incluídas em cada secção
	Apresentar a estratégia da questão de género para o plano de ação

Apêndice IV. Exemplo do *Roteiro da questão de género e REDD+ para o Uganda*

DIFERENÇAS DE GÉNERO NA UTILIZAÇÃO DA FLORESTA NO UGANDA		
	Homens	**Mulheres**
Atividades realizadas na floresta	Recolha de madeira, troncos e erva para materiais de construção; recolha de mel; realização de estudos científicos; caça de pássaros e animais pequenos; queima de carvão; recolha de frutos; recolha de colmo para coberturas; pastoreio de animais; realização de atividades de aventura e recreação; condução de rituais; cultivo; recolha de forragem; homenagens a antepassados; exploração mineira; pesca; meditação	Recolha de legumes e cogumelos selvagens; homenagens a antepassados; recolha de materiais de construção; recolha de frutos, ervas, lenha, água e materiais para artesanato; cultivo; caça
Parte da floresta visitada	A floresta inteira, os homens penetram em partes mais profundas da floresta	Orlas da floresta e pontos de água (Nota: as mulheres instruídas podem ir a qualquer parte)
Recursos obtidos na floresta	Medicamentos, materiais de construção, carne selvagem, peixe, mel, madeira, carvão, troncos, alimentos, água, forragem para animais	Água, alimentos, lenha, medicamentos, materiais de construção, forragem para animais, materiais para artesanato, materiais para tecelagem
Benefícios em espécie provenientes da floresta	Segurança alimentar, cura espiritual, ligação aos antepassados, abrigo, recreação e namoro, ritual de passagem	Ligação estreita com a natureza, boa saúde, segurança alimentar, ritual de passagem, nutrição, abrigo
Benefícios em dinheiro provenientes da floresta	Carne, minerais, pele de animais	Produtos de artesanato, ervas, lenha

OPORTUNIDADES E RISCOS PARA A QUESTÃO DE GÉNERO E REDD+ NO UGANDA	
OPORTUNIDADES	**DESAFIOS/RISCOS**
FASE DE PRONTIDÃO	
• Assegurar que as mulheres ocupam posições de liderança nas instituições responsáveis pela REDD+	• Ausência de uma estratégia de comunicação eficaz
• Consultar as mulheres ao nível da comunidade	• Reduzida divulgação de informações às mulheres

• Incluir as organizações de mulheres para que participem plenamente nas políticas e leis relacionadas com a REDD+	• Reformas pouco significativas da política fundiária direcionada para as mulheres
• Explorar os diferentes tipos de sistemas de propriedade das terras e tipos de florestas	• Obstáculos culturais que limitam a participação das mulheres e as funções de liderança
• Reforço de capacidades de ONG e de organizações da comunidade para abordar a questão de género	• Reduzido tempo para participar devido a uma carga de trabalho já de si demasiado elevada
• Melhorar a segurança da propriedade das terras para as mulheres através da plantação de árvores para fazer fronteira	• Ausência de fontes de energia alternativas e de atividades de geração de rendimentos
• Identificar questões contextuais sobre a forma como as mulheres irão beneficiar da REDD+	• Ausência de consultas abrangentes a todos os níveis
• Incluir nos programas de ensino uma abordagem ao ecossistema sensível à questão de género	• Poucas demonstrações-piloto dirigidas às mulheres devido à existência de poucos recursos
• Contactar participantes de movimentos femininos e a Associação de Mulheres Deputadas do Uganda para explicar as questões climáticas relacionadas com a REDD+ e obter o seu apoio	• Apoio reduzido às iniciativas de mulheres, já que o setor florestal não é considerado prioritário para o governo
• Consultar a força-tarefa para a questão de género e as florestas sobre leis e políticas relacionadas com as mulheres (pelo ponto focal da REDD+)	• Planeamento ao nível local não relacionado com o processo ao nível nacional, especialmente para as mulheres
• Identificar as questões contextuais relacionadas com as mulheres e alinhá-las com atividades-piloto da REDD+	• Catástrofes emergentes que podem afetar as mulheres, necessitando de relocalização
	• As mulheres pertencentes a ONG têm informações insuficientes sobre a REDD+
	• Elos fracos entre as autoridades locais e de planeamento
	• Nenhum esforço deliberado para envolver as mulheres na consulta e na participação
	• As informações corretas podem não chegar às mulheres durante a consulta
FASE DE IMPLEMENTAÇÃO	
• Desvio da dependência da floresta para atividades alternativas (p. ex., apicultura, ecoturismo)	• As mulheres podem não ocupar cargos-chave da REDD+
• As preocupações das mulheres sobre a plantação de árvores são abordadas	• As organizações de mulheres podem não obter informações em todas as fases de implementação da REDD+
• Reformas legislativas nos setores das florestas e das terras que beneficiem as mulheres	• Os fundos da REDD+ podem não ser direcionados para as organizações de mulheres
• Integração de novas alterações em leis relevantes, como a Lei de Relações Domésticas, a Lei da Sucessão, etc.	• A reduzida tomada de decisões ao nível da família pelas mulheres pode limitar os seus benefícios
• Acesso a recursos e informações, como, por exemplo, acesso a informações botânicas e benefícios para as mulheres	• As mulheres podem ter pouco tempo para participar em atividades da REDD+
• Maior participação das mulheres na utilização e gestão das florestas	• Os homens podem não autorizar as mulheres a participar em atividades da REDD+
• Formação de grupos femininos de conservação das florestas	• As mulheres não têm competências para utilizar ferramentas de acompanhamento e avaliação
• Reforço de capacidades para as mulheres	• Fraca implementação das leis de propriedade das terras

• Formulação de salvaguardas para proteger os direitos das mulheres sobre as terras	• As mulheres não detêm terras (apenas 16%, a nível nacional)
• Envolvimento das mulheres em atividades de implementação da REDD+	• As mulheres não têm informações sobre as leis das florestas e respetivas reformas
• Igual participação no processo de tomada de decisões relativo à utilização das terras	
• Capacidades crescentes de empreendedorismo	
• Envolvimento na tomada de decisões	
FASE DE CONSOLIDAÇÃO	
• Formação e partilha de conhecimentos sobre gestão das florestas entre as comunidades	• Fraca capacidade de negociação das mulheres
• Acesso a educação formal e informal para as raparigas	• Conflitos no que respeita à partilha de benefícios ao nível da família
• Reforço de capacidades dos jovens, especialmente raparigas, em aspetos técnicos da REDD+	• Provável frustração, com o consequente recuo para práticas ambientais negativas
• As mulheres preferem desenvolver as suas competências na esfera profissional	• As mulheres podem prejudicar a campanha da REDD+ entre a população mais jovem
• Eliminação de funções estereotipadas no setor florestal	• Reduzida posse de terras pelas mulheres, o que afeta a partilha equitativa dos benefícios
• Aumento dos diálogos sobre a utilização e gestão das florestas	• Ameaça à prioridade das mulheres na segurança alimentar ao nível das famílias
• Aumento do acesso e controlo dos recursos florestais	• Compreensão reduzida dos aspetos técnicos da REDD+, o que impede a participação significativa das mulheres
• Envolvimento das mulheres em atividades de acompanhamento	• Ponto de vista tradicional de que “a propriedade não pode deter propriedades” (ou seja, as mulheres não detêm propriedades)
• Proteção jurídica dos direitos das mulheres, incluindo contratos	
• Aumento dos rendimentos decorrentes de pagamentos de serviços ambientais	
• Envolvimento noutras formas de emprego	
• Benefícios em espécie, produção alimentar, nutrição, etc.	
• Utilização de fontes de energia alternativas e melhoradas	
• Saúde melhorada e ambiente limpo	
• Conservação das florestas e fundo de proteção das mulheres	

UNIÃO INTERNACIONAL
PARA A CONSERVAÇÃO DA NATUREZA

SEDE MUNDIAL
Rue Mauverney 28
1196 Gland, Switzerland
Tel.: +41 22 999 0000
Fax: +41 22 999 0002
www.iucn.org